



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO ITAMARATI NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Daiane Alencar da Silva 1; Guillermo Alfredo Johnson 2.

1. Doutoranda do Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Geografia-FCH/UFGD. E-mail: daianeufgd@hotmail.com

2. Professor Orientador.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a implantação e ações de políticas públicas no assentamento rural Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Faixa de Fronteira com Paraguai. O trabalho faz parte da pesquisa de doutoramento e será construída através da análise sobre políticas públicas voltadas ao campo, desde o governo Luís Inácio Lula da Silva até o governo de Dilma Rousseff, questionando as políticas públicas (governamentais), que foram propostas e seus impactos no desenvolvimento das áreas rurais. Assim, procura-se identificar se as ações governamentais que levam a criação de políticas públicas, que possuem a finalidade de incentivar e dar apoio financeiro para a produção na agricultura familiar influencia a construção do território rural no assentamento, pensando a partir dos pressupostos da reforma agrária. Tratar deste tema aparece como desafio pela complexidade que envolve as questões de reforma agrária no Brasil, assim como as políticas do governo federal que possuem visões diferenciadas de acordo com cada período histórico social. Além disso, torna-se importante compreender as políticas governamentais na faixa de fronteira Ponta Porã/ MS – Brasil e Paraguai, mediante as características inerentes em áreas fronteiriças, e são justamente esses desafios que fortalecem o anseio pela realização da pesquisa. Nesse sentido, observamos como as políticas públicas (ou governamentais) estão se territorializando nas áreas rurais do país, através de projetos e programas de investimento na agricultura familiar. No decorrer da pesquisa realizar-se-á uma caracterização e análise das políticas públicas vinculadas ao assentamento rural Itamarati, durante os governos Lula e Dilma, buscando entender a implantação dessas políticas públicas e se fortalecem ou não a reivindicação histórica da reforma agrária. Desta forma, a pesquisa conseguirá atingir se políticas públicas dos citados governos alcançam os objetivos propostos nas áreas rurais, voltadas para a reforma agrária e agricultura familiar, mediante as contradições inerentes nesse processo.

Palavras – Chave: Políticas públicas; território rural; Ponta Porã-MS.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar e compreender as ações e implantação de políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, refletindo sobre a centralização dessas ações no assentamento rural Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, a 45 km desta cidade e a 21 km da faixa de fronteira com o Paraguai. O Assentamento Itamarati foi implantado em 2002, um dos maiores do país, ocupando uma área de mais de 25.000 ha, dos quais aproximadamente 13.000 ha são agricultáveis, com mais de 7.000 ha irrigados.

Possui uma comunidade de aproximadamente seis mil pessoas, organizadas em quatro movimentos sociais, sendo eles: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI, Associação de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A área do assentamento pertencia ao Grupo Itamarati, que nas décadas de 1970 e 1980 foi conhecido como o maior produtor de soja do Brasil. Contudo, o modelo adotado fracassou, possibilitando transformá-lo em um dos maiores assentamentos da Reforma Agrária do Brasil.

Tratar deste tema aparece como desafio perante as várias possibilidades que se colocam nesta linha de pesquisa, e sem dúvida pela complexidade com a qual se apresenta, em relação às transformações histórico-sociais ocorridas no país, partindo desde o primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva até o mandato do governo de Dilma Rousseff, referente às políticas públicas pensadas para atender a demanda no campo/rural brasileiro.

Dentro dessa possibilidade que se propõe estudar no assentamento, encontram-se grupos de famílias que buscam formas de (re) produção do espaço rural com o intuito de permanecer no assentamento, pensando em alternativas de produção como agroecologia, agroindustrialização e gestão inovadora das propriedades.

Nesta perspectiva, analisaremos a implantação de políticas públicas dos governos na busca de compreender os fatos e questões que levam o poder governamental a divulgar e implementar políticas públicas nas áreas rurais do país, voltadas para atender a reforma agrária e agricultura familiar, mediante as contradições inerentes nesse processo.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

O interesse por este tema parte das possibilidades de uma análise das concepções de Estado e suas intervenções nas políticas públicas, tendo como aspectos relevantes para a pesquisa a função social da terra que, conforme consta na Constituição Federal de 1988, Art. 5º, incisos XXII e XXIII, deve ser garantir o direito de acesso à propriedade e a função social nesta, o que confere a implantação de políticas públicas que primem pelo cumprimento da constituição; pela extensão da área do assentamento Itamarati e pelo contingente de famílias assentadas que dependem do auxílio governamental para se (re) produzirem na propriedade, enquanto sujeitos produtores das bases alimentares de subsistência e comercialização em diversas regiões do país; pela interferência que políticas públicas, como o projeto “Terra Forte”, podem ocasionar nas famílias assentadas, seja positiva ou negativamente, de acordo com a proposta e forma de implantação; pela importância que a reforma agrária e as políticas de fomento a agricultura familiar exercem nas áreas rurais brasileiras; devido área da pesquisa estar localizada na faixa de fronteira Brasil/Paraguai, pelas características próprias que esse fator locacional representa na complexidade das ações que possam ser desenvolvidas no assentamento.

Portanto, justifica-se a execução deste estudo através dos aspectos teóricos relevantes para a ciência geográfica, e aspectos concretos da produção do espaço brasileiro a partir das necessidades de reforma agrária, uso da função social da terra e, sobretudo em relação às políticas públicas adotadas nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, no que diz respeito ao modelo de projeto concretizado por esses governos.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, deve-se conhecer como e qual o interesse da geografia brasileira em contribuir e discutir as políticas públicas, e nesse caso, específico, as políticas públicas do governo Lula e Dilma, tendo como área de concentração o assentamento rural.

Para SERPA (2011), o conhecimento geográfico permite analisar a dimensão espacial das ações das políticas públicas:



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Certamente se há aqui alguma especificidade do conhecimento geográfico relativa às políticas públicas, ela está na dimensão espacial que permeia a temática, fazendo pensar em questões como a distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e as desigualdades regionais advindas da formulação e da implementação das políticas públicas no Brasil (2011, p. 38).

As políticas públicas tem se tornado alvo de grupos políticos que buscam através do planejamento e ação concretizar ideais pelos quais defendem e procuram atender a necessidade da sociedade, em determinado período e meio social. Mas como compartilhado na ideia de HÖFLING (2001), é necessário ir além de análises referente aos programas e projetos de políticas públicas, é preciso avaliar as questões se colocam por trás disso,

E uma destas relações consideradas fundamentais é a que se estabelece entre Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico (2001, p.30).

É relevante assinalar, que as políticas públicas devem ser inseridas na fundamentação do Estado, contraditoriamente as práticas resultantes dos governos, onde as políticas tornam-se governamentais, ligadas principalmente a sucessão dos governos.

Entretanto, sabe-se que a forma de promover e inserir as políticas públicas de acordo com o interesse da sociedade e suas reais necessidades, nem sempre é respeitado por aqueles que pensam e articulam tais políticas. SOTO *et all* (2010) esclarecem que,

Se analisado o histórico das políticas públicas no Brasil, é mister constatar que “estas foram quase sempre decididas de forma autoritária pelos poderes governamentais, com pouca ou quase nenhuma participação da sociedade civil” (2010, p.27).

Questiona-se tal colocação a partir do entendimento que há sempre participação da sociedade civil nas decisões governamentais, ainda que esta participação seja restrita a grupos ou classes que defendem seus próprios interesses.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Isso é notório quando se trata de implementação de políticas públicas, de cunho social, por exemplo, uma vez que essas expressam claramente a intenção do grupo que está no poder, em manifestar à sociedade as bases pelas quais são liderados ou simpatizam politicamente.

Sobre as políticas públicas sociais, recorreremos novamente a HÖFLING (2001), que define essa expressão, a seguir:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (2001, p.31).

As políticas públicas sociais estão relacionadas aquelas “usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.” (HÖFLING, 2001, p.31), e acrescento ainda as políticas sociais voltadas para as áreas rurais, como as de incentivo a agricultura familiar.

Para compreender mais sobre essa temática, GIOVANNI (2009) nos explica que o conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, pois,

(...) na medida em que a realidade a que se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre Estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais estão referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas (2009, p.11).

Observa-se que as políticas públicas estão relacionadas às transformações que ocorrem na sociedade, de acordo com o período histórico e com o grupo que está no poder, pois é justamente esse grupo que definirá as ações que serão realizadas e a finalidade dessas. Isso pode provocar contradições em ações governamentais, como forma de disputa entre os



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

grupos. Como demonstra POULANTZAS (2000) ¹ ao afirmar que “o próprio Estado possui contradição no seu interior o que resulta de ações, por parte deste, contraditórias e antagônicas”.

Para muitos pesquisadores definir política pública ainda é um desafio, como GIOVANNI (2009) aponta:

Tal conceito vai além da ideia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia (2009, p.4-5).

Diante disso, pode-se acrescentar que as situações sociais consideradas problemáticas são definidas através da interação entre Estado e sociedade, assim como as modalidades de intervenção estatal (GIOVANNI, 2009, p.05).

Buscando corroborar com a definição de política pública, MELLO-THÉRY (2011) explica que,

Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos tomam decisões coletivas, as quais se convertem em uma política comum (algo compartilhado), caracterizada pela palavra inglesa “*politics*”. O conteúdo material destes processos é identificado como “*policy*” (2011, p.12).

Aponta ainda que “uma das características principais é que políticas públicas constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público” (MELLO-THÉRY, 2011, p.12). E que “no âmbito da ciência geográfica, o conhecimento produzido a respeito das políticas públicas distingue o território como elemento norteador” (idem, p.12).

Nesse sentido, para MELLO-THÉRY (2011) o Estado moderno seria constituído por um conjunto de instituições públicas que envolveriam múltiplas relações com o complexo

¹ POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

social num território delimitado. Acrescenta-se a isso, que a delimitação poderá ser expressa através do controle político administrativo, econômico, social e/ou cultural, e que “o Estado detém o poder e a autoridade para fazer as políticas se tornarem válidas para toda a população” (MELLO-THÉRY, 2011, p.12).

Nesse contexto, percebem-se duas formas distintas nas quais as políticas públicas podem estar alicerçadas: democracia ou poder/ controle soberano do Estado. É evidente a contradição existente entre essas duas formas de comando.

Ao centrar a análise na construção de políticas públicas no território, MELLO-THÉRY (2011) alerta-nos sobre a importância de analisar cautelosamente as dimensões do território em questão:

Alguns entendem que as rupturas e conflitos são parte do espaço político e entendem que para pensar em política pública é fundamental compreender a multidimensionalidade do território e a presença do conflito, sobretudo no âmbito das esferas de poder representativas como os conselhos, onde os atores estão lá presentes, na defesa de seus interesses. (MELLO-THÉRY, 2011, p.15).

Cabe aqui inserir um parêntese para esclarecer a definição de território, onde parece pertinente a colaboração de GOTTMANN (2012), que apresenta o “território como uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo”, além disso, acrescenta que “território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012, p.523).

Nesse trabalho, configura-se uma abordagem na área de um assentamento rural, organizado e planejado de acordo com os objetivos e interesses de determinados grupos de indivíduos, que possuem poder de decisão governamental, e que convivem com as manifestações de outros grupos com poder de intervenção sobre o mesmo território, em outro período histórico e social, mais especificamente o período do governo Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

Esse modelo de desenvolvimento denominado de neodesenvolvimento na explicação de ERBER (2008) estaria baseado em três pilares, sendo eles: investimento em infraestrutura; investimento residencial incentivado principalmente pelo crédito e por último o aumento de



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

consumo das famílias, derivados dos aumentos do salário mínimo e dos programas sociais como o Programa Bolsa Família.

Busca-se, pois, nos dois primeiros pilares, um *aggiornamento* da antiga proposta desenvolvimentista. Restabelece-se a tradicional coalizão entre empreiteiras da construção pesada e leve, fornecedores de insumos e equipamentos e seus empregados com o governo, recuperando, inclusive o protagonismo das empresas estatais, perdido durante o período liberal. O terceiro pilar vai além: almeja não só o consumo de massas e seu investimento derivado, sob inspiração keynesiana, mas também sanar duas deficiências do antigo padrão desenvolvimentista: a baixa taxa de inovação local e, especialmente, a restrita inclusão econômica, apontada por keynesianos como Furtado (1961) como óbice principal à sustentabilidade do desenvolvimentismo (ERBER, 2008, p.17).

Nesse contexto, GIOVANNI (2013) explica como se deu esse modelo neodesenvolvimentista:

(...) o novo projeto burguês de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo denominou-se “neodesenvolvimentismo” cujo primeiro ciclo histórico ocorreu sob o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Foi o ciclo do lulismo que se impôs como novo modelo de desenvolvimento burguês – o neodesenvolvimentismo – tão somente na última metade da década de 2000. Consideraremos o neodesenvolvimentismo como um novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil sob a direção do grande capital organizado (GIOVANNI, 2013, s/p).

O autor explica qual a visão do modelo de desenvolvimento adotado, pautado no investimento em duas esferas, macroeconomia e microeconomia:

Na verdade, trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação de capital por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivistas focadas no subproletariado (GIOVANNI, 2013, s/p).



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Levando em consideração a perspectiva desse autor, o Estado neodesenvolvimentista estaria dividido entre o Estado regulador e o Estado investidor, que segundo ele “coloca em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atenderem as demandas exigidas pelo grande capital” (GIOVANNI, 2013). Insiste ainda que,

A vertente do Estado investidor se manifesta, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é a expressão de que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país (o que distingue efetivamente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal). (GIOVANNI, 2013, s/p).

O modelo de desenvolvimento passa por intensas críticas políticas, econômicas e sociais, e GIOVANNI (2013) faz uma análise em referência à legitimidade do programa:

Entretanto, a legitimidade política do novo projeto burguês no Brasil (...) seria obtida principalmente com o vasto programa de transferência de renda para as classes trabalhadoras pobres. Eis a lógica social da ordem da mercadoria: indivíduos monetários com capacidade aquisitiva tenderiam a se colocar veementemente à disposição da reprodução política da ordem burguesa (GIOVANNI, 2013, s/p).

Na observação de alguns pesquisadores, nessa linha de análise, acreditam que vários fatores teriam contribuído para que o neodesenvolvimentismo promovesse a ascensão social das camadas mais pobres, como o crescimento da economia com impactos no mercado de trabalho urbano, o aumento da taxa de formalização dos contratos de trabalho, a abundante oferta de crédito e a redução das taxas de juros básicos da economia, que incentivam o consumo de massa, e os novos programas sociais de transferência de renda e inclusão social, como o programa Bolsa Família. Entretanto, outros autores analisam que não há indicações de ascensão social da população mais pobre, apenas expansão do poder compra no sistema de consumo.

Com isso, na medida em “que ocorre a acumulação da riqueza capitalista, a utilização do gasto público para programas de combate a pobreza e transferência de renda às famílias



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

mais pobres, como a elevação do salário mínimo e expansão do Bolsa Família (GIOVANNI, 2013)”.
2

Em suma, para GIOVANNI (2013) esse novo projeto de desenvolvimento, adotado como neodesenvolvimentismo, mescla “elementos de desenvolvimentismo popular (por exemplo, o Programa Bolsa Família e aumento do salário mínimo) e elementos do desenvolvimentismo capitalista (organização de grandes empresas a partir da indução do Estado)”. A base do projeto neodesenvolvimentista seria constituída então por três pilares, apresentados pelo autor:

1. Programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES);
2. Programas de investimentos públicos em infraestrutura – com ou sem parceria público-privada;
3. Programas estatais de transferência de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando à valorização do mercado interno de consumo (GIOVANNI, 2013, s/p).

Cabe ressaltar que GIOVANNI (2013) corrobora com ERBER (2008) quanto à base sobre a qual está alicerçado o modelo neodesenvolvimentista, descrita acima. Referente a esse novo modelo é importante evidenciar que no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a proposta de desenvolvimentismo já estava posta, com parâmetros e propostas semelhantes ao que analisamos no período Lula e Dilma, o que leva a nova denominação de neodesenvolvimento.

As primeiras manifestações da política pública voltada para as áreas rurais brasileiras são encontradas no texto “Antecedentes da Reforma Agrária no Brasil” ² do sociólogo Manuel Diégues Júnior. Segundo ele, em pleno Império, Joaquim Nabuco já proclamava a necessidade da “democratização do solo”; essa expressão correspondia ao que hoje conhecemos por reforma agrária.

² DIÉGUES JR. M. **Antecedentes da Reforma Agrária no Brasil**. Universidade Aberta 4.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

De acordo com DIÉGUES JR. (1996) somente em 1951 houve a primeira manifestação oficial sobre reforma agrária, no governo do presidente Getúlio Vargas.

O Presidente Getúlio Vargas, cujos primeiros quinze anos de administração foram voltados ao processo de industrialização e à implantação e desenvolvimento de uma legislação social-trabalhista para o operário urbano, teve sua atenção voltada para o problema rural, ao iniciar seu período governamental em 1951. E a 25 de julho de 1951 era baixado o Decreto no. 29.803, que criava a Comissão Nacional de Política Agrária (DIÉGUES JR., 1996, s/p).

Despontam-se então no cenário nacional políticas voltadas para atender a demanda por terra. Entender as ações políticas implantadas como reforma agrária no Brasil é uma discussão que se pretende adentrar no decorrer dessa pesquisa, tendo em vista que alguns autores defendem que não houve reforma agrária no Brasil, como Rafael de Mendonça Lima³, que retrata:

A Reforma Agrária, a partir do século XVIII, foi feita nos Estados Unidos da América do Norte (após sua independência); na França, após a Revolução de 1789; no México, após a Revolução de 1909 e, especialmente a partir da constituição de 1910; na Rússia, com a Revolução Bolchevista de 1917; na Itália, após o Golpe de Estado de Mussolini, em 1921; na Espanha, após a Guerra Civil, de 1936; no Japão, após a Grande Guerra (feita pelo governo militar no Japão); na Índia, após sua independência, em 1947; novamente na Itália, após a II Guerra Mundial, pela Democracia Cristã, etc. A Reforma Agrária, no Brasil, apesar de disciplinada pelo Estatuto da Terra, artigos 16 a 46, ainda não foi feita. Fizeram-se algumas desapropriações, que não atenderam aos sem-terra na sua grande maioria. Foi um "pingo d'água" no oceano das necessidades dos sem terras (LIMA, 1996, s/p).

Diante da necessidade brasileira, que sabe-se não é recente, o governo tem buscado ampliar as ações de políticas públicas para suprir as necessidades da demanda crescente de sem terra no país. Porém, é certo que não bastam políticas de desapropriação de áreas improdutivas e irregulares para realizar a reforma agrária brasileira, é necessário investir em

³ LIMA, R. M. L. **Reforma Agrária, Condição de Desenvolvimento do País**. Universidade Aberta 2.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

fatores que permitirão a permanência dos assentados na terra, como assistência técnica, linhas de crédito e financiamento, áreas com condições mínimas de assentar as famílias, etc. Além disso, devemos refletir se essas políticas públicas estão sendo postas na sociedade como políticas públicas ou políticas governamentais, que se alteram de acordo com os grupos que assumem a governança no país, alterando as ações com as trocas de governo.

Para o autor ABRAMOVAY (1996)⁴, as políticas de reforma agrária devem agir além da simples doação de terras, como forma de resolver o problema.

(...) a atuação do poder público para que a reforma agrária, além do acesso a terra garanta o acesso a condições mínimas de vida para produtores, é importante no sentido de ampliar a internalização da renda, que hoje se dirige, em grande parte, intermediários. Esta internalização, por sua vez, será estímulo ao investimento em novas tecnologias e aumento da produtividade (ABRAMOVAY, 1996, s/p).

Visando atender às demandas dos assentados da reforma agrária no país e a internalização da renda, como propõe ABRAMOVAY (1996), o edital do Projeto “Terra Forte” é parte das ações de estímulo ao incremento de renda nos projetos de assentamento rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, as experiências e as potencialidades dos assentamentos.

De acordo com o edital, os pré-projetos que se enquadrarem nas referências colocadas, integrarão carteira de projetos do INCRA e serão disponibilizados ao Comitê Gestor Nacional do Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária – TERRA FORTE, composto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Secretaria Geral da Presidência da República - SG/PR, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Fundação Banco do Brasil - FBB, Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social e

⁴ ABRAMOVAY, R. **Nordeste e sul: situações polares. Economista.** Universidade Aberta 12.1996.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Combate à Fome - MDS e Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, para possível financiamento.

São proponentes de projetos as Associações e Cooperativas, cujos objetivos sejam voltados para a produção, beneficiamento, industrialização e comercialização vinculadas a assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todo o território nacional, com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

As propostas devem atender preferencialmente a cadeias produtivas e/ou atividades estruturadas/consolidadas e que apresentem viabilidade econômica, financeira, social e ambiental dos empreendimentos.

Nesse sentido, observamos como as políticas públicas (ou governamentais) estão se territorializando nas áreas rurais do país, através de projetos e programas de investimento na agricultura familiar, a exemplo do “Terra Forte”, tornando viável verificar as políticas que conduzem o fortalecimento das práticas em assentamentos rurais.

No decorrer da pesquisa realizar-se-á uma caracterização e análise das políticas públicas vinculadas ao assentamento rural Itamarati, durante os governos Lula e Dilma, buscando entender a implantação dessas políticas públicas e se fortalecem ou não a reivindicação histórica da reforma agrária.

Através da compreensão sobre o período político, histórico e social pretendemos acumular conhecimento suficiente para embasar teoricamente a pesquisa. Entender a política brasileira e suas metas é crucial para analisar as intervenções, através de programas e ações, na sociedade, partindo do recorte espacial do assentamento rural, e, portanto torna-se necessário abranger a política agrícola nacional como meio de veicular as ações políticas superiores nas esferas sociais.

Refletindo sobre as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar e, de certo modo, a reforma agrária, o projeto “Terra Forte” se apresenta como sendo uma das ações de fomento das políticas públicas voltadas para as áreas rurais, inserindo-se como um dos instrumentos de análise desta pesquisa. A exemplo do assentamento Itamarati, outras associações e cooperativas de assentados no estado de Mato Grosso do Sul serão beneficiadas



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

pelo projeto “Terra Forte”, o que nos permitirá, caso necessário, realizar uma análise comparativa de dados e informações referente aos desdobramentos da política no estado.

O direcionador da pesquisa está pautado no entendimento da manutenção do campesinato diante da contraposição do modelo político de produção do assentamento, promovido pelas políticas públicas do governo Lula e Dilma, com base nas insuficiências apresentadas pelas mesmas. A questão central que se pretende levantar o debate está ligada as propostas implantadas pelos referidos governos para o campo brasileiro que nada condizem com as necessidades reais dos assentamentos de reforma agrária. Através dessa pesquisa será possível questionar tais práticas e a propor respostas para indagações como: a reforma agrária tem sido implementada no Brasil através dos projetos governamentais? As políticas de governos estão incentivando a agricultura camponesa ou tentando inseri-la no sistema mercadológico de produção capitalista? As necessidades reais dos assentados estão sendo supridas através dos projetos e políticas governamentais de forma a permitir a (re) produção e manutenção dos sujeitos assentados?

Para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados será realizado levantamento, leitura e revisão de trabalhos publicados em revistas, jornais, livros, monografias, dissertações e teses referentes ao tema abordado. Para aperfeiçoar essa etapa, será feito fichamento das obras lidas para auxiliar na elaboração da redação do trabalho.

De maneira geral, o trabalho de pesquisa consistirá em duas etapas: levantamento de dados e informações e sistematização dos resultados, descritas a seguir:

- Levantamento de referenciais bibliográficos e aprofundamento das leituras e discussões acerca do tema proposto, utilizando como recursos disponíveis artigos em periódicos e revistas, jornais, livros, relatórios de pesquisas, dissertações e teses.
- Levantamento de dados primários, através de entrevistas junto aos atores sociais envolvidos (moradores do assentamento Itamarati, representantes de associações e cooperativas) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Estas entrevistas visam coleta de dados e informações referente ao assentamento Itamarati, e caso necessário, também serão aplicadas entrevistas com moradores e lideranças



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

de outros assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul, objetivando realizar uma análise comparativa das informações levantadas.

As entrevistas serão semiestruturadas, com assentados e representantes de instituições, terão como objetivo compreender os processos de transformações na área rural do assentamento e, como as instituições estão se organizando com a implantação de políticas de incentivo a agricultura familiar, principalmente o INCRA – Regional Dourados. Essas entrevistas auxiliarão na contextualização das políticas públicas no estado e das pretensões propostas no projeto “Terra Forte”, se estão ou não sendo territorializadas dentro das suas concepções originais.

A sistematização dos resultados consistirá na análise dos levantamentos realizados que fornecerão bases para entender o panorama do período governamental em análise, das políticas públicas e das ações, ampliando o debate para o projeto “Terra Forte”.

Durante o desenvolvimento da pesquisa os resultados preliminares serão apresentados em eventos científicos e nos colóquios dos Grupos de Pesquisa no qual este trabalho se vincula.

Por se tratar de um trabalho em fase inicial de pesquisa, as considerações finais não serão contempladas nesse item, de forma que a discussão sobre os referenciais teóricos e a busca por dados e informações ainda estão sendo realizadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Nordeste e sul: situações polares**. Fascículo INCRA/ PNUD. Programa Universidade Aberta 12, mai/1995-mai/1996.
- BOITO JUNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Diário Oficial. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, 1979.
- DIÁRIO OFICIAL. **Diário Oficial de Ponta Porã-MS 02.05.2012**. Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004. Dispõe sobre a criação do Banco da moeda social Ita.
- DIÉGUES JÚNIOR, M. **Antecedentes da reforma agrária no Brasil**. Fascículo INCRA/ PNUD. Programa Universidade Aberta 4, mai/1995-mai/1996.
- ERBER, F. S. **As convenções de desenvolvimento no Brasil: um ensaio de economia política**. Artigo para o 5º Fórum de Economia da FGV-SP, setembro/ 2008.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

GIOVANNI, G. Di. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa Nº 82. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, 2009.

GIOVANNI, A. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte I**. Publicado em 20/05/2013. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/> Acesso em 22/10/2013.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Publicado originalmente “The evolution of the concept of territory”, traduzido de versão publicada no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

HÖFLING, E. M. **Estado e Políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, São Paulo, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br/cad_apresentacao.htm. Acesso em: 22 abr. 2014.

INCRA. **Edital Incra/DD/DDA N 01/2013 – Seleção Pública de Pré-Projetos de Apoio a Agroindustrialização e à Comercialização em Assentamentos da Reforma Agrária**, fev/2013.

LIMA, R. M. **Reforma agrária, condição de desenvolvimento do país**. Fascículo INCRA/PNUD. Programa Universidade Aberta 2, mai/1995-mai/1996.

MELLO-THÉRY, N. A. **Política (e ação) pública, território e o papel da geografia**. Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out., 2011.

SERPA, A. **Políticas públicas e o papel da geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011.

SILVA, D. A. **A produção territorial e as formas de resistência no assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí/ MS**. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS, 2011.

SILVA, M. G.; NOGUEIRA, V. M. R. **Brasiguaios: a dupla desigualdade na região da fronteira**. Texto publicado em Estado e Democracia: pluralidade de questões, UEPG, 2009.

SOTO, C.; CANEDO, D.; OLIVEIRA, G.; SALGADO, J. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Coleção Cult, volume 6. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25-47.